PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 3/2025-GP/CEIJ, DE 5 DE MAIO DE 2025.

Regulamenta o compartilhamento do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, enquanto prova colhida em instrução processual, entre diferentes jurisdições, nos termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 299/2019, bem como para fins de instrução de procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), e o Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR, Coordenador da Infância e Juventude do TJPA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 13.431/2017, que tornou obrigatória a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas pelos procedimentos da escuta especializada e do depoimento especial (arts. 7º e 8º);

CONSIDERANDO que o art. 11, caput e § 1º, incisos I e II, da Lei nº 13.431/2017 estabelece que o Depoimento Especial será regido por Protocolos, e sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, quando a criança tiver menos de sete anos de idade e nos casos de violência sexual;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar a revitimização (art. 5º, inciso II, do Decreto nº 9.603/2018, que regulamenta a Lei nº 13.431/2017), referente a danos secundários ocasionados pela rememoração da situação de violência, de forma repetitiva e desnecessária;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, previsto no art. 227 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 99.710/1999, prevê, no art. 12, o direito de crianças e adolescentes serem ouvidos em todo processo judicial ou administrativo que possa afetar seu interesse e de terem sua opinião levada em consideração;

CONSIDERANDO a Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas que estabeleceu diretrizes para a Justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes, entre as quais, a Diretriz 31 (a), que prevê que os profissionais devem implementar medidas para limitar o número de entrevistas, devendo ser implementados procedimentos especiais para a obtenção de provas de crianças vítimas ou testemunhas, a fim de reduzir o número de entrevistas, declarações, audições, e, especificamente, o contato desnecessário com o processo de justiça, assim como o uso de gravação de vídeo;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), no art. 100, parágrafo único, incisos XI e XII, assegura o direito à criança e ao adolescente o direito à informação e à oitiva e participação nos atos e na definição das medidas de promoção de direitos e de proteção, devendo ser sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente;

CONSIDERANDO as nefastas consequências psicológicas e emocionais ocasionadas em crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo a violência sexual, consideradas um grave problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO os termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 299/2019 que estabelece que os tribunais estaduais e federais deverão regulamentar a forma de compartilhamento de provas entre distintas jurisdições que possam vir a tomar decisões a partir dos mesmos fatos, notadamente varas criminais, de família, da infância e juventude, evitando a necessidade de repetição da prova e a ocorrência de violência institucional (art. 5º, inciso I, do Decreto nº 9.603/2018); e

CONSIDERANDO a firme orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os “[...] elementos informativos de uma investigação criminal ou as provas colhidas no bojo de instrução penal podem ser compartilhados para fins de instruir outro processo criminal ou procedimento administrativo disciplinar” (ARE 1.189.218 AgR/SE, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 3/06/2019),

RESOLVEM:

Art. 1º Este Provimento Conjunto regulamenta o compartilhamento do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, enquanto prova colhida em instrução processual, entre diferentes jurisdições, nos termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 299/2019, bem como para fins de instrução de procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Art. 2º Uma vez colhido o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em processos em tramitação nas Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes, nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas Varas do Tribunal do Júri, nas Varas da Infância e Juventude, nas Varas de Família e nas Varas únicas que abrangem essas competências, a pedido do(a) Juiz(a) de outra jurisdição, para fins de instrução do processo, o(a) Juiz(a) que presidiu a audiência do depoimento especial compartilhará a prova produzida. Parágrafo único. Quando solicitado o compartilhamento do depoimento especial enquanto prova produzida em processos judiciais criminais, para fins de instrução de processo administrativo disciplinar, o(a) Juiz(a) competente compartilhará a prova, para evitar a repetição desnecessária do ato processual que pode ocasionar revitimização.

Art. 3º Considerando se tratar de compartilhamento de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, prova emprestada de processos que envolvem sigilo ou segredo de justiça, o compartilhamento deverá também observar a cautela legal.

Art. 4º A produção da prova, assim como o seu compartilhamento devem sempre observar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa da pessoa acusada (art. 5º, inciso LV, da CF/88).

Art. 5º Este Provimento Conjunto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belém/PA, 5 de Maio de 2025.

Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

Coordenador da Infância e Juventude do TJPA

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 8070/2025, de 7 de maio de 2025.